



**LEI Nº 2.449/2023 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2023.**

***Dispõe sobre a ampliação do limite para abertura de créditos suplementares durante a execução do Orçamento Municipal no Exercício de 2023, e altera a redação do art. 4º da Lei Municipal nº 2.372, de 26 de dezembro de 2022.***

A Câmara Municipal de Capelinha– MG, por seus representantes legais aprovou e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei.

**Art. 1º.** Esta Lei dispõe sobre a ampliação do limite para abertura de créditos suplementares durante a execução Orçamentária Municipal do Exercício de 2023 e altera a redação do art. 4º da Lei Municipal nº 2.372 de 26 de dezembro de 2022.

**Art. 2º.** Fica autorizado a ampliação do limite de abertura de créditos suplementares previsto na Lei Municipal 2.439 de 07 de novembro de 2023 do presente exercício de 20% (Vinte por cento) para o montante de 30% (Trinta por cento) do valor da despesa autorizada para suprir insuficiências de saldos de dotações orçamentárias.

**Art. 3º.** O Art. 4º da Lei Municipal nº 2.372 de 26 de dezembro de 2022 passa a vigorar com a seguinte redação.

**"Art. 4º. Durante a execução Orçamentária de 2023 fica o Poder Executivo autorizado a:**

**I – Realizar operações de crédito dentro das normas estabelecidas pelas instituições financeiras nacionais, observados os limites de capacidade de endividamento do município, em conformidade com as normas editadas pelo Banco Central do Brasil e pela legislação em vigor.**

**II – Abrir créditos adicionais suplementares às dotações que se fizerem insuficientes, até o limite de 30% (Trinta por**



cento) da receita orçamentária prevista, utilizando como fonte de recursos a anulação parcial e/ou total de dotações, conforme dispõe o artigo 43, inciso III da Lei Federal nº 4320/64.

**III – Abrir créditos adicionais suplementares utilizando o excesso de arrecadação efetivamente realizado na forma do art. 43, inciso II e § 3º da Lei Federal nº 4320 de 1964, até o limite apurado por fontes de recursos.**

**IV – Abrir créditos adicionais suplementares até o limite do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior, apurado por fontes de recursos em conformidade com o quadro "Disponibilidade por Destinação de Recursos - DDR apurado no Balanço Patrimonial" do exercício de 2022, conforme dispõe o artigo 43, inciso I da Lei Federal nº 4320/64**

**V – Abrir créditos adicionais suplementares até o limite do excesso de arrecadação apurado nas operações de crédito autorizadas, utilizando como recursos o disposto no artigo 43, inciso IV da Lei Federal nº 4320/64."**

**Art. 4º.** Revogadas as disposições em contrário, esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Capelinha/MG, 04 de dezembro de 2023.

**Tadeu Filipe Fernandes de Abreu**  
**Prefeito Municipal**